

Sumário

AGRADECIMENTOS	5
PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	19
1.1. Arbitragem, acesso à justiça e moldura heterocompositiva	19
1.1.1. Conflito e Formas de Administração	19
1.1.2. Arbitragem: resolução do conflito por terceiro	23
1.1.3. A metáfora das ondas renovatórias: arbitragem no sentido amplo do acesso à justiça	26
1.1.4. O princípio constitucional da inafastabilidade do Poder Judiciário e a jurisdição da arbitragem	29
1.2. Evolução e natureza jurídica da arbitragem no Brasil	31
1.2.1. Arbitragem no Brasil: marco da Lei 9.307/1996	31
1.2.2. Superação da tese de inconstitucionalidade da Lei de Arbitragem pela maioria do STF	36
1.2.3. Regime privado, CPC e atualização pela Lei 13.129/2015	38
1.2.4. Natureza Jurídica da Arbitragem: Teoria Mista	40
1.3. Convenção de arbitragem, procedimento e desempenho do árbitro	43
1.3.1. Convenção de Arbitragem: Cláusula e Compromisso Arbitral	44
1.3.2. Tipos de Arbitragem e Viabilidade	49
1.3.3. A Função e o Desempenho do Árbitro	51
1.3.4. Iter Procedimental de Conhecimento na Arbitragem: as Fases Postulatória, Instrutória e Decisória	55
CAPÍTULO 2	63
2.1. Modelo vinculante brasileiro: primazia legal e direito jurisprudencial	63

2.1.1.	A norma legal como fonte primária no sistema da <i>Civil Law</i> e a força persuasiva da jurisprudência enquanto fonte indireta do direito	64
2.1.2.	Criação jurídica com base nas decisões pretéritas: o chamado "Sistema de Precedentes Vinculantes" nos países de tradição da <i>Common Law</i>	67
2.1.3.	Sistema Jurídico Brasileiro e as Decisões Formalmente Vinculantes	71
2.1.4.	Níveis de Vinculação dos Precedentes: Obrigatória e Argumentativa	77
2.1.5.	Lei, Precedente e Motivação	80
2.2.	A atribuição da qualidade "vinculante" aos provimentos judiciais do Supremo Tribunal Federal.....	83
2.2.1.	As características da <i>Ratio Decidendi</i> , do <i>Obiter Dictum</i> e as hipóteses de superação	85
2.2.2.	Os Pronunciamentos Vinculantes do STF e as distinções entre os Enunciados de Súmula, Jurisprudência e Precedentes.....	91
2.2.3.	Vinculação com <i>status</i> constitucional: as Súmulas Vinculantes	93
2.2.4.	Vinculação com <i>Status</i> Constitucional: as Decisões Proferidas no Controle Concentrado das Ações ADI, ADC e ADPF	96
2.2.5.	Vinculação com <i>status</i> constitucional: Decisões Tomadas em Recurso Extraordinário Dotado de Repercussão Geral.....	104
2.3.	Os provimentos vinculantes do STF e o novo sentido para jurisdição: a chamada jurisdição constitucional	106
2.3.1.	Razões para observar os Provimentos Vinculantes do STF	107
2.3.2.	Jurisdição Constitucional e respeito pelos demais órgãos	110
CAPÍTULO 3		113
3.1.	A teoria da integridade segundo o pensamento de Ronald Dworkin.....	113
3.1.1.	A noção de integridade para Ronald Dworkin e sua aplicação no campo do direito.....	114
3.1.2.	O "Romance em Cadeia" e o Dever de Coerência na Decisão Judicial.....	118
3.1.3.	O reconhecimento da integridade de Ronald Dworkin na jurisprudência do STF	120
3.1.4.	A relação entre integridade e segurança jurídica.....	127
3.1.5.	A integridade do Direito (coerência e unidade) e a Arbitragem.....	129
3.1.6.	Integridade e necessidade de compatibilizar a decisão arbitral com Preceitos Vinculantes do STF	131

3.1.7.	A arbitragem e a sujeição dos árbitros à jurisdição constitucional como base do Estado Democrático de direito	133
3.2.	Arbitragem e respeito aos pronunciamentos vinculantes emanados do STF: unidade, coerência e integridade no sistema jurídico brasileiro.....	135
3.2.1.	Força normativa da Constituição e os pronunciamentos judiciais vinculantes	136
3.2.2.	Precedentes e decisões vinculantes como Direito positivo	138
3.2.3.	Reflexões acerca da (in)aplicabilidade dos pronunciamentos vinculantes do STF na Arbitragem	140
3.2.4.	O procedimento da arbitragem e o conteúdo do seu produto decisório: a indispensável submissão à jurisdição constitucional.....	141
3.2.5.	Risco de ativismo arbitral	143
3.2.6.	A integridade como medida de orientação ao árbitro na busca pela “resposta adequada” e como limite à discricionariedade nas decisões arbitrais	147
3.3.	Arbitragem e reclamação constitucional: compreensão da aderência estrita a partir da integridade.....	149
3.3.1.	Reclamação Constitucional: instrumento de proteção da jurisdição do STF	154
3.3.2.	Funções “Contemporâneas” da Reclamação Constitucional	160
3.3.3.	Caracterização do Requisito da Aderência Estrita	164
3.3.4.	Mitigação ao requisito de aderência estrita	166
3.3.5.	O uso do <i>distinguishing</i> na reclamação constitucional.....	170
3.3.6.	Aderência estrita e mitigada na arbitragem	172
3.3.7.	Aderência Estrita, Estabilidade e Previsibilidade	179
3.3.8.	Reclamação Constitucional 56.703 e os limites da jurisdição constitucional sobre a arbitragem	184
3.3.9.	Aderência Estrita e Integridade: avaliação da reclamação contra sentença arbitral.....	187
CONCLUSÃO		191
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		197